



Resenha

DOI: <https://doi.org/10.22484/2177-5788.2025v51id5776>

Cidades inteligentes: por que, para quem?

Fábio Luis Vieira¹E-mail: fabio.vieira@prof.uniso.brOrcid: <https://orcid.org/0009-0004-8394-9939>

SANTAELLA, Lucia (org.). **Cidades inteligentes: por que, para quem?** São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016. 240 p.

¹ Universidade de Sorocaba, Sorocaba, São Paulo, Brasil.

A coletânea *Cidades inteligentes: por que, para quem?*, organizada por Lucia Santaella, é uma produção conjunta do Programa de Incentivo e Apoio à Publicação de Coletâneas, da PUC-SP e do evento realizado em dezembro de 2015, pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Inteligência e Design Digital (TIDD), em parceria com o grupo de pesquisa Sociotramas. O volume, que reúne treze capítulos, além da apresentação da organizadora, é a terceira publicação do grupo, precedida pelos títulos *Sociotramas: estudos multitemáticos sobre redes digitais* (2014) e *A onipresença dos jovens nas redes* (2015).

Na apresentação, Lucia Santaella explicita o objetivo central da obra: compreender as razões pelas quais as cidades contemporâneas caminham para um modelo dito “inteligente” e, sobretudo, questionar a quem essa inteligência serve. Para a autora, a questão não se limita às inovações tecnológicas, mas à sua destinação social: “o alvo não deve ser apenas aquilo que a cidade inteligente traz, mas sim, para quem ela o traz” (p. 10–11). Também recupera o uso de *smart city* como expressão dominante no debate internacional, situando o campo temático em que se insere a discussão.

O primeiro capítulo, “Cidades como ambientes cognitivos”, de Patrícia Fanaya, parte da analogia de Steven Johnson, que equipara as cidades a organismos vivos. A autora propõe uma reflexão sobre a configuração das cidades como sistemas cognitivos, nos quais a informação circula e é processada continuamente, potencializando novas formas de interatividade e complexidade urbana.

Em “As ambivalências das cidades inteligentes”, Santaella investiga as tensões entre os ganhos e as perdas trazidos pela urbanização digital, refletindo sobre o que se oferece e o que se entrega ao se habitar uma “cidade senciente”. A autora estrutura sua análise a partir da distinção entre aspectos visíveis e invisíveis das *smart cities*, abordando também os efeitos do *big data* na gestão urbana, na privacidade dos cidadãos e na vigilância.

O capítulo “A inteligência na sociedade positiva: dos humanos às cidades”, de Marcelo de Mattos Salgado, tem como eixo central o questionamento da ideia de inteligência, observando como ela se desloca do campo humano para os sistemas técnico-urbanos. O autor dialoga com o conceito de “sociedade positiva” formulado por Byung-Chul Han, apontando os limites da transposição da noção de inteligência para dispositivos tecnológicos.

Thiago Mittermayer e Marcus Bastos, em “Cidades inteligentes ou cidadãos pensantes? Entre a eficiência máxima e o bem comum”, tratam dos impactos da computação ubíqua no espaço urbano e discutem a cidade como um sistema complexo, enfatizando o papel dos cidadãos pensantes como elementos emergentes que tensionam o automatismo e a lógica da máxima eficiência.

Ana Maria Di Grado Hessel e Fabio de Paula Assis Junior assinam o capítulo “Paradoxos no espaço urbano: a vigilância e o papel da arte”, que propõe uma reflexão

sobre a presença crescente da vigilância nas cidades digitais e o papel da arte pública como forma de resistência simbólica. Os autores articulam questões como sociedade em rede, controle e expressão artística urbana.

No sexto capítulo, “Cidades inteligentes: resiliência e setor privado”, Fernando Perez de Britto apresenta uma visão panorâmica de acordos internacionais voltados para a sustentabilidade e a gestão de riscos nas cidades. Destaca-se o projeto *Making Smart Cities*, como exemplo da articulação entre inovação privada e planejamento urbano resiliente.

O texto “Resiliência nas cidades inteligentes: potencial, limites e desafios”, de Cilene Victor e Kalyinka Cruz-Stefani, retoma a temática da resiliência como uma questão vital para as cidades do presente e do futuro. As autoras apontam para a relevância da comunicação e das tecnologias emergentes na gestão de crises urbanas, referenciando-se em diretrizes internacionais como a Estratégia Internacional para Redução de Desastres da Organização das Nações Unidas.

No oitavo capítulo, “Cingapura: educação e inovação em uma *smart city*”, Stella Hiroki desenvolve um estudo de caso que observa a cidade de Cingapura como modelo de cidade inteligente. A autora destaca o conceito de *smart people* e argumenta que o sucesso de uma *smart city* está diretamente relacionado ao engajamento educacional e participativo de seus cidadãos.

Angélica T. Benatti Alvim e Lucia M. Machado Bógus assinam “São Paulo: limites e perspectivas para uma cidade inteligente”, no qual analisam as desigualdades socioespaciais na capital paulista à luz das diretrizes do Plano Diretor Estratégico de 2014. O capítulo enfatiza a heterogeneidade do território paulistano e os desafios de implementar soluções tecnológicas inclusivas.

Ana Claudia de Oliveira, em “São Paulo, nos percursos de uma inteligência sensível”, propõe uma leitura da cidade como espaço de inteligibilidade sensível. A autora mobiliza conceitos da semiótica e da filosofia da linguagem para discutir experiências simbólicas e afetivas ligadas à ambiência urbana, tendo a Avenida Paulista como exemplo emblemático.

“Praças inteligentes: valorização do patrimônio”, de Patrícia Huelsen e Marcelo Graglia, explora a requalificação das praças públicas a partir de uma perspectiva que integra tecnologia e preservação do patrimônio. Os autores defendem a ideia de que as praças devem ser vivas, seguras e sustentáveis, ao mesmo tempo em que mantêm seu valor cultural e histórico.

O penúltimo capítulo, “#OcupeEstelita: da cidade inteligente ao cidadão inteligente”, de Maria Collier de Mendonça, Eduardo D’Ávila de Faria e Fábio Mosaner, discute o movimento social #OcupeEstelita como expressão de cidadania ativa. O texto contrapõe os ideais das *smart cities* às demandas de uma cidadania crítica e participante.

Por fim, Patrícia M. F. Coelho, em “Jogos móveis locativos: apropriação do espaço urbano”, investiga o papel dos games na experiência urbana. A autora analisa os jogos locativos como práticas que inserem o lúdico no espaço público, ressignificando a relação entre corpo, cidade e narrativa.

A coletânea organizada por Santaella apresenta um conjunto sólido de reflexões interdisciplinares sobre o fenômeno das cidades inteligentes. Cada capítulo contribui para um panorama plural, que abrange desde as bases conceituais do termo até experiências práticas e tensionamentos éticos e sociais. Ao colocar em diálogo áreas como a semiótica, a comunicação, a arquitetura e o urbanismo, a obra oferece uma contribuição relevante para os estudos sobre tecnologia e cidade, mantendo um equilíbrio entre crítica e proposição, teoria e prática.

Revisado por

Fábio Luis Vieira

E-mail: fabio.vieira@prof.uniso.br